

**ECONOMIA SOLIDÁRIA NA GESTÃO DO TURISMO RURAL: um estudo de caso no município de Tangará da Serra – MT**  
**SOLIDARITY ECONOMY IN RURAL TOURISM MANAGEMENT: a case study in Tangará da Serra – MT**

**RESUMO**

Este estudo analisa a gestão de um empreendimento de turismo rural sustentável, com ênfase no fortalecimento da ação coletiva e do protagonismo comunitário. A pesquisa, conduzida no município de Tangará da Serra – MT, busca compreender de que forma práticas de gestão participativa podem contribuir para o desenvolvimento local sustentável e para a valorização das comunidades rurais. Adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em entrevistas semiestruturadas e observações diretas em campo. O referencial teórico abrange os conceitos de economia solidária, gestão participativa e turismo rural sustentável, articulando contribuições de autores como Laville, Singer, Gil e Creswell. Os resultados indicam que, embora a formalização jurídica e o acesso a políticas públicas tenham sido determinantes para a consolidação do empreendimento, fatores simbólicos (como o sentimento de pertencimento e o reconhecimento comunitário), mostraram-se essenciais para sua sustentabilidade social e econômica. Constatou-se que a economia solidária atua como estratégia de gestão capaz de integrar eficiência administrativa, cooperação e desenvolvimento territorial. Conclui-se que o turismo rural sustentável, aliado aos princípios da economia solidária, configura uma alternativa viável para o fortalecimento das comunidades, a diversificação das economias locais e a promoção de práticas de gestão mais humanas e participativas.

**Palavras-chave:** Turismo Rural; Economia Solidária; Gestão Comunitária; Desenvolvimento Local.

**ABSTRACT**

This study analyzes the management of a sustainable rural tourism enterprise, emphasizing the strengthening of collective action and community protagonism. Conducted in the municipality of Tangará da Serra, Mato Grosso, the research seeks to understand how participatory management practices can contribute to sustainable local development and the empowerment of rural communities. A qualitative, exploratory, and descriptive approach was adopted, based on semi-structured interviews and direct field observations. The theoretical framework encompasses the concepts of solidarity economy, participatory management, and sustainable rural tourism, drawing on authors such as Laville, Singer, Gil, and Creswell. The results show that although legal formalization and access to public policies were decisive for the enterprise's consolidation, symbolic factors (such as a sense of belonging and community recognition) proved essential for its social and economic sustainability. The study concludes that the solidarity economy operates as a management strategy capable of integrating administrative efficiency, cooperation, and territorial development. Thus, sustainable rural tourism, when combined with the principles of solidarity economy, emerges as a viable alternative for strengthening communities, diversifying local economies, and promoting more human and participatory management practices.

**Keywords:** Rural Tourism; Solidarity Economy; Participatory Management; Sustainable Development; Rural Communities.

## **1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O turismo rural tem se consolidado nas últimas décadas como uma das mais promissoras vertentes do turismo sustentável, capaz de integrar tradição e inovação, natureza e cultura, preservação e desenvolvimento. Em um cenário global marcado por transformações ambientais, sociais e econômicas, essa modalidade desponta como alternativa viável para fortalecer comunidades locais, gerar renda e conservar patrimônios culturais e ecológicos. No contexto brasileiro, o turismo rural se destaca por valorizar saberes e modos de vida tradicionais, promovendo experiências autênticas e contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.

Mais que uma atividade econômica, o turismo rural funciona como resistência cultural ao preservar a identidade das populações do campo e criar espaços de troca que valorizam o modo de vida rural, além de ampliar oportunidades para pequenos produtores em regiões marcadas por desigualdades e êxodo rural. Nesse cenário, a economia solidária propõe uma lógica baseada em cooperação, autogestão e justiça social, oferecendo, segundo Laville (2004; 2020), uma alternativa concreta ao modelo capitalista ao priorizar construção coletiva e valorização das pessoas. Quando integrada ao turismo rural, fortalece vínculos sociais, promove gestão colaborativa e contribui para práticas sustentáveis. Essa intersecção é especialmente relevante nas comunidades rurais mato-grossenses, que precisam equilibrar desenvolvimento econômico, preservação ambiental e manutenção das tradições. Incorporar princípios solidários ao turismo permite diversificar renda, reforçar a autonomia local e consolidar um modelo de desenvolvimento que valoriza a cultura, preserva o ambiente e fortalece a cooperação.

Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo geral analisar a gestão de um empreendimento de turismo rural sustentável à luz dos princípios da economia solidária, com ênfase no fortalecimento da ação coletiva e na valorização do protagonismo comunitário.

De forma específica, buscou-se: a) analisar as práticas de gestão do empreendimento turístico à luz dos princípios da sustentabilidade e da economia solidária; b) compreender os desafios e as potencialidades da atuação coletiva no contexto do turismo rural comunitário; c) propor recomendações para o fortalecimento da gestão participativa e da ação coletiva no turismo rural.

A relevância desta pesquisa se destaca por integrar economia solidária e turismo rural sustentável, ampliando o debate acadêmico sobre modelos de gestão coletiva no meio rural. Socialmente, evidencia o valor da cooperação, da autogestão e da preservação das tradições locais. Na prática, oferece subsídios para gestores públicos, cooperativas e organizações interessados em fortalecer o turismo como estratégia de desenvolvimento sustentável e inclusão econômica. A escolha de Tangará da Serra – MT reforça esse caráter estratégico, pois o município reúne potencial agrícola, diversidade natural e iniciativas comunitárias capazes de demonstrar como práticas solidárias podem conciliar eficiência administrativa, preservação ambiental e valorização cultural. Assim, este estudo contribui para reconhecer a economia solidária como alternativa viável de desenvolvimento rural, inspirando políticas e ações que promovam um turismo que gera renda, preserva saberes e fortalece comunidades.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Gestão Participativa como modelo de governança solidária**

A gestão participativa tem ganhado destaque como um modelo que prioriza o envolvimento direto das pessoas nos processos de decisão e no planejamento das ações

que impactam suas próprias realidades. Segundo Tenório (1998), essa forma de gestão se apoia na ideia de que o desenvolvimento deve ser construído de forma coletiva, com base na comunicação, na cooperação e no reconhecimento mútuo entre os diferentes atores sociais. Assim, o processo de gestão deixa de ser centralizado em poucos indivíduos e passa a valorizar o diálogo e o consenso como instrumentos de transformação social.

Essa perspectiva de gestão social proposta por Tenório (1998) contribui para a construção de práticas mais democráticas e horizontais, em que a voz das comunidades é reconhecida como essencial na formulação de estratégias locais. Ao estimular a corresponsabilidade e o sentimento de pertencimento, esse modelo fortalece a autonomia dos grupos e amplia as possibilidades de integração entre saberes tradicionais e novas formas de organização. Trata-se de um caminho que aproxima a teoria da prática e que serve de base para compreender a importância da participação ativa das comunidades rurais nos processos de desenvolvimento sustentável.

No turismo rural sustentável, a gestão participativa se apresenta como estratégia essencial para garantir que os empreendimentos respeitem e valorizem as dinâmicas locais. A participação ativa da comunidade na definição de rotas turísticas, na organização das atividades e na gestão financeira promove não apenas o pertencimento, mas também o empoderamento dos sujeitos envolvidos. Conforme Carvalho (2015), o envolvimento da comunidade na construção de estratégias de gestão local potencializa o desenvolvimento sustentável, na medida em que permite integrar saberes tradicionais com técnicas modernas de planejamento.

O estudo de caso realizado por Carvalho (2015), no município de Ilha Grande, no estado do Piauí, evidencia como o planejamento participativo pode ser um diferencial na gestão de empreendimentos turísticos comunitários. A autora destaca que a articulação entre comunidade, poder público e iniciativa privada é fundamental para o sucesso das ações, sendo necessária a escuta ativa e o respeito às decisões coletivas. O modelo adotado permitiu à comunidade local atuar como protagonista na elaboração de políticas e práticas voltadas ao turismo rural, consolidando a autogestão como ferramenta de transformação social.

Dessa forma, a gestão participativa, quando aliada aos princípios da economia solidária, fortalece práticas colaborativas, favorecendo a inclusão social e a valorização dos territórios. Esse modelo contribui para que os empreendimentos turísticos sejam mais sustentáveis, tanto do ponto de vista ambiental quanto sociocultural, ao passo que promove o desenvolvimento econômico de forma justa e democrática. Trata-se de uma abordagem que reconhece o potencial das comunidades rurais como agentes capazes de planejar, executar e avaliar suas próprias estratégias de desenvolvimento, fortalecendo a governança solidária.

## **2.2 A Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento no turismo**

A economia solidária se apresenta como uma alternativa viável ao modelo capitalista convencional, ao priorizar relações de cooperação, autogestão e justiça social. Segundo Singer (2002), a economia solidária visa ao desenvolvimento local sustentável, à geração de trabalho e renda e à inclusão social. No caso do turismo rural, a economia solidária é uma grande aliada para o fortalecimento de uma comunidade, pois ao integrar práticas de turismo com a valorização do patrimônio local, cria-se uma oportunidade de emprego e renda de forma mais equitativa e sustentável.

Deste modo, o Ministério do Trabalho e Emprego Brasileiro – Ministério do Trabalho e Emprego Brasileiro (2005) entende a economia solidária, como sendo um conjunto de atividades econômicas - de produção, distribuição, consumo, poupança e

crédito, organizado e realizado solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras de forma coletiva, autogestionária e pautada sobre os seguintes pilares: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. De maneira que, a economia solidária nos mostra uma forma de inclusão de comunidades em serviços solidários que tem como o objetivo a qualidade de vida desta população.

Laville e França Filho (2004), destacam que a economia solidária demonstra a importância de tais práticas, sendo eficaz na preservação do meio ambiente, melhoria da qualidade de vida, inserindo comunidades em um modelo econômico que busca gerar renda a essa população. A estrutura da palavra, a economia se mostra como uma atividade geradora e distribuidora de riquezas, e estas riquezas que podem ser demonstradas pelas trocas efetuadas pelo Estado e o mercado nas sociedades contemporâneas. Neste sentido alguns autores trazem a economia solidária em um outro patamar, sustentando associações e cooperativas de tal modo que são utilizadas por sociedades civis e organizadas por meios populares.

A economia solidária surge como alternativa para um mercado mais justo, envolvendo formas coletivas de produção, comercialização e consumo, como associações, cooperativas, redes colaborativas e finanças solidárias, incluindo bancos comunitários e moedas sociais. O IPEA e a SENAES destacam a diversidade dessas iniciativas no Brasil, que abrangem desde agricultura familiar e práticas agroecológicas até empreendimento urbano autogeridos. No contexto do turismo, esse modelo favorece o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos locais, distribuindo benefícios à comunidade, valorizando a cultura e ampliando oportunidades de renda para grupos frequentemente desassistidos, promovendo avanços econômicos, sociais e sustentáveis.

### **2.3 A participação das comunidades rurais no fortalecimento de um Turismo Rural Sustentável e promoção de Desenvolvimento Local**

O turismo rural pode ser entendido como uma atividade turística desenvolvida no espaço rural, que utiliza e valoriza os recursos naturais, culturais e humanos presentes nessas regiões. Segundo Maldonado (2009), o turismo rural comunitário se caracteriza pela participação ativa da comunidade local na gestão e operação das atividades turísticas, promovendo a valorização dos saberes tradicionais e a sustentabilidade do território. Desta maneira sendo diferente do ecoturismo, que tem como foco a conservação ambiental, o turismo rural enfatiza atividades produtivas, como agricultura, artesanatos e gastronomia típicos da região.

As atividades turísticas em meio natural abrangem diferentes segmentos que, embora distintos, compartilham a valorização ambiental e a sustentabilidade. O geoturismo destaca o patrimônio geológico e a educação ambiental (Oliveira; Aquino; Aquino, 2023), enquanto o turismo de natureza envolve a contemplação e o lazer em ambientes naturais, e o turismo de aventura inclui práticas recreativas com desafios e certo grau de risco. O ecoturismo, por sua vez, relaciona-se diretamente à conservação dos ecossistemas e ao envolvimento responsável das comunidades locais. Compreender essas diferenças é fundamental para o planejamento de atividades em áreas naturais e rurais, considerando que o turismo rural, conforme Lane (1994), preserva o patrimônio cultural e natural e envolve famílias locais, possuindo grande potencial para gerar renda, valorizar a cultura do campo e promover o desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista social e cultural, o turismo rural contribui para valorização das tradições, saberes populares e da identidade das comunidades. Pimentel e Gomes (2015), afirmam que na perspectiva econômica ele fomenta a diversificação da economia rural,

reduzindo a dependência da agricultura tradicional e impulsionando o empreendedorismo comunitário. No estado de Mato Grosso, essa modalidade tem se revelado uma alternativa viável para o fortalecimento de comunidades e propriedades de pequeno porte e da economia solidária.

As comunidades rurais são grupos sociais situados em áreas não urbanas, utilizando práticas de vida estão intimamente ligadas à terra, à agricultura e saberes tradicionais. Abramovay (2007), afirma que essas comunidades desempenham papel fundamental no desenvolvimento local, pois possuem gerações de conhecimentos sobre territórios sendo assim agentes na conservação ambiental e cultural.

No contexto do turismo rural, as comunidades locais tornam-se protagonistas da experiência turística, ao oferecer vivências reais por meio de atividades como culinária típica, a produção artesanal, festas religiosas e as histórias transmitidas por meio das histórias contadas. Beni e Cândido (2012), destacam que o contato direto com o modo de vida rural é um dos principais atrativos para os turistas urbanos em busca de experiências genuínas e mais humanizadas.

O relatório elaborado pelo Fundo Socioambiental CASA (2018), referente ao triênio 2015-2017, destaca o apoio a 111 projetos comunitários distribuídos em todo o Brasil, com ênfase na promoção de práticas sustentáveis e no fortalecimento das organizações locais. Na região Centro-Oeste, diversas iniciativas foram financiadas com foco na agricultura familiar, no uso de tecnologias sociais, no acesso à água e à energia renovável e na mobilização social em defesa de direitos. Esses projetos, embora de pequeno porte, revelam a potência transformadora das ações locais quando articuladas a partir das necessidades reais das comunidades. As experiências mostram que o apoio descentralizado e direto às organizações de base pode gerar impactos significativos na qualidade de vida, na gestão do território e na sustentabilidade econômica de populações rurais em áreas muitas vezes negligenciadas pelas políticas convencionais.

O turismo rural surge como uma estratégia eficaz de diversificação econômica e para o fortalecimento da agricultura familiar, ao integrar a produção agropecuária, práticas sustentáveis e vivências culturais. No estado de Mato Grosso eventos como o Encontro de Turismo Rural e Agricultura Familiar, promovido pela SEAF e EMPAER, demonstram o potencial da atividade para gerar renda, impulsionar o empreendedorismo e estimular o protagonismo das comunidades locais. Assim promovendo produtos regionais como doces, licores, artesanato e alimentos agroecológicos, o turismo rural valoriza o modo de vida no campo, incentivando práticas de consumo consciente e sustentabilidade. Propriedades familiares transformam-se em empreendimentos turísticos, contribuindo para o desenvolvimento territorial (EMPAER-MT; SEAF-MT, 2023).

O artigo de Romão et al. (s.d.) apresenta uma análise sobre as potencialidades do fortalecimento das comunidades rurais brasileiras a partir de uma perspectiva integradora e participativa. Os autores argumentam que a construção de políticas públicas eficazes deve considerar as especificidades territoriais e culturais dessas comunidades, valorizando os saberes locais, a organização social e o protagonismo dos sujeitos do campo. O estudo evidencia que a promoção do desenvolvimento sustentável passa por estratégias que articulem a inclusão produtiva, a educação contextualizada e o incentivo a formas de cooperação, como associações e empreendimento solidários. Nesse sentido, o fortalecimento comunitário é compreendido não apenas como uma política de combate à vulnerabilidade, mas como um processo contínuo de emancipação social e econômica dos grupos rurais.

O turismo rural fortalece o patrimônio cultural e natural das comunidades, reforçando identidade e pertencimento, além de contribuir para a qualidade de vida

quando há gestão participativa e apoio de políticas públicas, como destaca Oliveira (2019). Nesse contexto, a gestão participativa envolve assembleias, cooperativas e associações que constroem uma governança democrática baseada em cooperação e transparência, alinhada aos princípios da economia solidária. Singer (2002) ressalta que a autogestão promove não só eficiência econômica, mas também desenvolvimento humano, ao estimular participação e consciência coletiva. Assim, práticas como decisões compartilhadas, divisão equilibrada de receitas e revezamento de funções, apoiadas por órgãos públicos, cooperativas e sindicatos, tornam-se essenciais para o fortalecimento do turismo rural solidário.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, a qual é ideal para a compreensão aprofundada dos significados e percepções atribuídos pelos participantes à gestão comunitária do turismo em seu contexto natural (Gerhardt & Silveira, 2009; Creswell, 2010). Quanto aos fins, classifica-se como exploratória e descritiva. É exploratória por buscar maior familiaridade com o problema da atuação comunitária no turismo rural sustentável, visando desenvolver e esclarecer ideias (Gil, 2002). É descritiva por buscar registrar e analisar sistematicamente as características, percepções e práticas de gestão em uma propriedade rural, oferecendo um retrato fiel do contexto (Gerhardt & Silveira, 2009).

Trata-se de uma pesquisa de campo (Gil, 2002), desenvolvida diretamente em uma comunidade rural no município de Tangará da Serra – MT. A estratégia metodológica central é o Estudo de Caso, que permite a investigação detalhada de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real. Esta abordagem é pertinente para compreender de maneira aprofundada as experiências, práticas e significados dos sujeitos, utilizando múltiplas fontes de evidência (Creswell, 2010). A utilização dessa abordagem é crucial para analisar as singularidades dos empreendimentos de turismo rural e sua relação com a economia solidária, gerando conhecimentos relevantes (Oliveira, Magalhães & Matsuda, 2018).

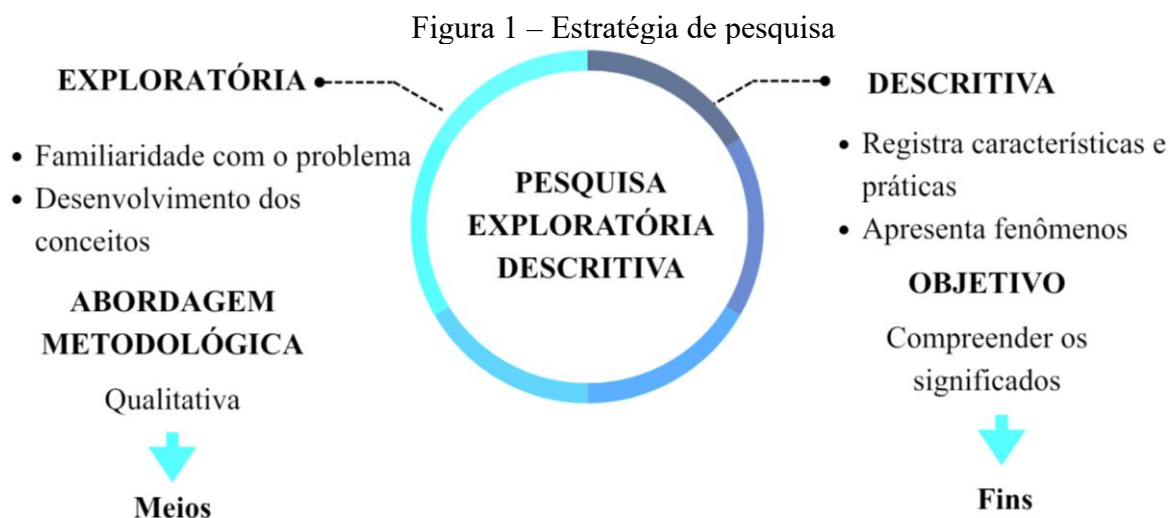
Quadro 1 – Descrição e objetivos das etapas da pesquisa

<b>Etapa</b>	<b>Descrição</b>	<b>Objetivo</b>
1. Definição da forma de coleta de dados	Entrevistas com gestores de propriedades rurais envolvidos diretamente com o turismo rural.	Compreender percepções, experiências e práticas dos participantes em seus contextos específicos.
2. Escolha do tipo de entrevista	Utilização de entrevistas semiestruturadas, com roteiro prévio e abertura para explorar temas emergentes.	Permitir flexibilidade e aprofundamento na coleta de dados, favorecendo a construção de significados compartilhados.
3. Interação e aprofundamento	Estabelecimento de um diálogo aberto e de confiança entre pesquisador e participante.	Obter narrativas ricas e autênticas que expressem experiências e práticas de gestão no turismo rural.
4. Procedimentos de análise dos dados	Adoção de uma abordagem interpretativa para compreender os sentidos e significados das falas.	Identificar valores, percepções e expressões presentes nas narrativas dos entrevistados.
5. Processo de interpretação	Identificação de ideias centrais e temas recorrentes, como cooperação e fortalecimento comunitário.	Realizar uma análise qualitativa e compreensiva, respeitando a singularidade de cada relato.
6. Integração dos resultados	Integração dos achados de forma contextualizada e coerente com os objetivos da pesquisa.	Compreender o protagonismo das comunidades rurais e sua atuação na construção de um turismo solidário e participativo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)

A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores da propriedade rural. Esta técnica foi escolhida por ser ideal para a obtenção de informações subjetivas (Gil, 2002) e por sua flexibilidade em explorar tópicos emergentes, captando narrativas autênticas sobre a gestão (Gil, 2002; Oliveira, Magalhães & Matsuda, 2018). A flexibilidade do formato semiestruturado permitiu ir além dos aspectos padronizados, revelando dimensões simbólicas e culturais relevantes (Gerhardt & Silveira, 2009; Lakatos & Marconi, 2003).

A pesquisa em campo possibilita a coleta de dados diretamente com os sujeitos, a partir de uma vivência prática (GIL, 2002), conforme apresentado na figura 1.



Fonte: Elaborado pelos autores via Plataforma Canva Pty Ltd (2025)

Os dados foram analisados com base em uma abordagem interpretativa, coerente com o paradigma qualitativo. O foco recaiu sobre a compreensão dos sentidos presentes nas falas e experiências relatadas, buscando identificar o significado das narrativas construídas e os valores que refletem a realidade dos sujeitos (Creswell, 2014; Gil, 2002). O processo priorizou a identificação de aspectos recorrentes (como cooperação, fortalecimento comunitário e valorização das práticas locais) para evidenciar as ideias centrais em relação aos objetivos. A análise foi sensível e contextualizada, respeitando a singularidade de cada relato e o papel ativo das comunidades na construção de um turismo rural mais solidário e participativo.

O estudo de caso é uma estratégia metodológica amplamente empregada nas pesquisas qualitativas por possibilitar a investigação detalhada de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real. Creswell (2010) destaca que essa abordagem é adequada quando o pesquisador busca compreender de maneira aprofundada as experiências, práticas e significados atribuídos pelos sujeitos, considerando as múltiplas fontes de evidência.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das entrevistas possibilitou compreender com maior profundidade como a gestão do turismo rural sustentável se articula no contexto da economia solidária. A pesquisa evidencia sentidos, contradições e percepções que refletem tanto os avanços quanto os desafios vivenciados pela comunidade. Esses elementos, ao serem organizados e interpretados, revelam um conjunto de fatores que ajudam a entender de que forma

práticas sociais, culturais e econômicas se entrelaçam na condução do empreendimento. Assim, os resultados apontam para diferentes caminhos de interpretação, que serão discutidos a seguir, permitindo relacionar as experiências concretas observadas com referenciais teóricos que sustentam a análise crítica deste estudo.

#### **4.1 Motivações simbólicas e sustentabilidade**

A pesquisa revela que, mesmo sem grande retorno financeiro inicial, fatores simbólicos (como reconhecimento comunitário e premiações) foram fundamentais para a continuidade do empreendimento, reforçando pertencimento e autoestima. Isso confirma a visão de Laville (2020), de que valores sociais e culturais são centrais na economia solidária. Os dados também mostram que a sustentabilidade é entendida de forma comunitária e cooperativa, alinhada a Sachs (1993), para quem ela integra dimensões econômica, social e ambiental. Nesse contexto, o turismo rural se torna uma atividade complementar, porém essencial para valorizar identidade e cultura locais.

Ao interpretar esse achado, observa-se que a motivação para manter a atividade está vinculada ao reconhecimento simbólico tanto quanto aos resultados materiais. Creswell(2010) reforça que a pesquisa qualitativa é capaz de captar significados subjetivos que orientam práticas sociais, enquanto Bardin (2016) lembra que a análise de conteúdo deve apreender os múltiplos sentidos atribuídos pelos sujeitos. Portanto, ao evidenciar que valores intangíveis, como reconhecimento e pertencimento, sustentam a permanência da atividade, os resultados reafirmam a necessidade de considerar a dimensão simbólica como eixo central do turismo rural sustentável.

O início das atividades turísticas surgiu não apenas de uma necessidade econômica, mas do desejo de ressignificar a vida no campo e valorizar a identidade local. Esse processo foi impulsionado por um sentimento de pertencimento que ultrapassa a dimensão individual e se projeta na coletividade. O grupo, ao abrir as portas da propriedade, não apenas convidou visitantes, mas também reabriu o diálogo com a própria comunidade rural, mostrando que o campo pode ser espaço de produção, cultura e acolhimento.

Com o passar do tempo, o sentido simbólico das práticas tornou-se ainda mais evidente. A inserção das famílias em atividades de recepção e alimentação fortaleceu laços afetivos e gerou novas formas de cooperação. Conforme defende Laville (2004), a economia solidária nasce do encontro entre a produção material e os vínculos sociais, e essa união é o que sustenta o equilíbrio entre trabalho e realização pessoal dentro da iniciativa.

Nesse contexto, a sustentabilidade deixa de ser um conceito abstrato e passa a representar um modo de vida. A utilização consciente dos recursos naturais, o reaproveitamento de materiais e a preservação do ambiente reforçam o compromisso coletivo com o território. Assim, a dimensão simbólica se une à prática sustentável, transformando o turismo rural solidário em um espaço de vivência ética e ecológica, alinhado ao que Sachs (1993) define como sustentabilidade integral.

#### **4.2 Ação coletiva e inovação social em contextos rurais**

Os resultados da pesquisa demonstram que o fortalecimento da ação coletiva no meio rural enfrenta desafios relacionados à cultura local e à resistência às mudanças estruturais. A proposta inicial de transformar a propriedade em um espaço de turismo rural sustentável não obteve, de imediato, o engajamento esperado da comunidade. Essa resistência inicial reflete o que Gil (2002) descreve como uma característica típica de contextos sociais tradicionais, nos quais as inovações sociais demandam tempo, confiança

e práticas consistentes para serem consolidadas. Conforme relatou a entrevistada, “a comunidade não acreditou no sonho e não quis participar”, evidenciando o quanto o processo de mobilização coletiva pode ser dificultado por barreiras culturais e pela falta de experiências prévias de cooperação.

Com o passar do tempo, entretanto, observou-se uma mudança gradual no comportamento da comunidade. Mesmo sem uma cooperação direta, agricultores locais passaram a se envolver indiretamente por meio da comercialização de produtos no espaço do turismo rural e em eventos realizados na propriedade. A entrevistada afirmou que “hoje alguns vizinhos trazem mandioca, bolacha, queijo e outros produtos para vender aqui”, o que revela o surgimento de uma rede informal de colaboração. Esse movimento reforça o papel da prática cotidiana como meio de mediação e construção de confiança, mostrando que a inovação social no campo não depende apenas de projetos institucionais, mas também de ações simples e simbólicas que aproximam as pessoas.

Figura 2 – “Bolicho” Banca de exposição e comercialização de produtos locais



Fonte: Acervo dos produtores pesquisados (2025)

A criação de produtos locais e a organização dos eventos solidários consolidaram a experiência como uma inovação social. O “bolicho”, os almoços coletivos e as parcerias com escolas e instituições se tornaram canais de inserção econômica e social, em que o consumo responsável é incentivado e o visitante é tratado como participante ativo do território. Essas ações, como afirma Singer (2002), representam novas formas de produzir e distribuir riqueza com base na cooperação e na reciprocidade.

Esse processo de aproximação progressiva confirma a análise de Abramovay (2007), para quem as comunidades rurais acumulam saberes e práticas que necessitam de tempo para ressignificar suas formas de organização.

A ação coletiva, nesse caso, emerge de forma espontânea, alimentada por resultados concretos que inspiram novos participantes. Como destacou a entrevistada, “as pessoas começaram a ver o movimento acontecendo e foram se aproximando aos poucos”. Assim, o turismo rural, além de fonte de renda complementar, tornou-se um espaço de aprendizado e de experimentação de práticas solidárias, nas quais o protagonismo local é valorizado e compartilhado.

Dessa forma, a experiência analisada configura um exemplo de inovação social em contexto rural, ao demonstrar que a cooperação pode surgir mesmo em situações marcadas pela individualização inicial. O caso evidencia que a confiança e o sentimento de pertencimento são construídos a partir da vivência e da persistência dos atores locais. A análise aponta que, embora os desafios sejam significativos, o fortalecimento da ação coletiva se viabiliza por meio da flexibilidade de gestão e da valorização das iniciativas comunitárias. Nesse sentido, a experiência confirma o potencial transformador do turismo rural sustentável como instrumento de inclusão, aprendizado e empoderamento social.

Além disso, a análise permite compreender que a inovação social presente nessa experiência não se limita à adoção de novas práticas produtivas, mas se expressa na capacidade de transformar relações sociais e modos de gestão. A entrevistada evidencia que, mesmo sem o apoio inicial da comunidade, o diálogo e a persistência contribuíram para criar um ambiente de cooperação e aprendizado coletivo. Essa trajetória confirma que a inovação no meio rural nasce, muitas vezes, da resiliência dos atores locais frente às adversidades e da busca por soluções adaptadas à sua realidade. Como destaca Gil (2002), o potencial transformador das práticas sociais se manifesta quando os sujeitos passam a reinterpretar seus papéis dentro do grupo, promovendo novas formas de organização baseadas na solidariedade e no compartilhamento de saberes. Assim, a ação coletiva observada não apenas promove inclusão econômica, mas também reforça o protagonismo e a autonomia das comunidades rurais, consolidando o turismo como vetor de desenvolvimento social e identitário.

Figura 3 – Visita guiada à propriedade rural, com destaque para a explanação da produtora sobre as fases de desenvolvimento do empreendimento



Fonte: Acervo do pesquisador (2025)

O início das atividades turísticas surgiu não apenas de uma necessidade econômica, mas do desejo de ressignificar a vida no campo e valorizar a identidade local.

Esse processo foi impulsionado por um sentimento de pertencimento que ultrapassa a dimensão individual e se projeta na coletividade. O grupo, ao abrir as portas da propriedade, não apenas convidou visitantes, mas também reabriu o diálogo com a própria comunidade rural, mostrando que o campo pode ser espaço de produção, cultura e acolhimento.

Com o passar do tempo, o sentido simbólico das práticas tornou-se ainda mais evidente. A inserção das famílias em atividades de recepção e alimentação fortaleceu laços afetivos e gerou novas formas de cooperação. Conforme defende Lavelle (2004), a economia solidária nasce do encontro entre a produção material e os vínculos sociais, e essa união é o que sustenta o equilíbrio entre trabalho e realização pessoal dentro da iniciativa.

Nesse contexto, a sustentabilidade deixa de ser um conceito abstrato e passa a representar um modo de vida. A utilização consciente dos recursos naturais, o reaproveitamento de materiais e a preservação do ambiente reforçam o compromisso coletivo com o território. Assim, a dimensão simbólica se une à prática sustentável, transformando o turismo rural solidário em um espaço de vivência ética e ecológica, alinhado ao que Sachs (1993) define como sustentabilidade integral.

A trajetória do grupo demonstrou que a ação coletiva é construída a partir da confiança e da disposição para o aprendizado. As reuniões, os cursos e as feiras se tornaram espaços de diálogo, onde a diversidade de opiniões se transformou em força criativa. Esse processo reflete o que Tenório (1998) chama de gestão democrática, na qual as decisões são fruto da escuta e do consenso, e o conhecimento se desenvolve de forma compartilhada.

Além disso, o fortalecimento das parcerias gerou um sentimento de pertencimento que ultrapassa os limites da propriedade. O turismo rural solidário mostrou que o trabalho coletivo é capaz de reconstruir identidades e reafirmar valores culturais. Esse processo de empoderamento, sustentado pela solidariedade e pela inovação, confirma a capacidade transformadora da economia solidária e reforça a importância do protagonismo comunitário para o desenvolvimento sustentável.

### **4.3 Economia solidária como estratégia de gestão**

A análise dos resultados mostra que a formalização do empreendimento como Microempreendedor Individual (MEI) representou um marco para a expansão da produção e das vendas, especialmente no acesso a programas públicos como a merenda escolar. Essa experiência demonstra que instrumentos jurídicos e administrativos podem ser decisivos na viabilização da agricultura familiar e do turismo rural sustentável. Singer (2002) defende que a economia solidária está assentada na autogestão, na cooperação e na viabilidade econômica, confirmando que a formalização legal amplia a capacidade de inserção dos produtores em redes institucionais.

A entrevistada reforça essa percepção ao afirmar que “a formalização foi essencial para vender de forma correta e ampliar as oportunidades de mercado, principalmente com a merenda escolar” (Entrevistada, 2025). Essa fala evidencia que o acesso à formalidade não apenas legitima o empreendimento, mas amplia as condições de sustentabilidade financeira e inclusão social. A entrevistada destacou que o processo de registro trouxe novos horizontes:

Antes da formalização, a gente não conseguia vender para programas públicos, nem participar de editais. Depois que virei MEI, tudo ficou mais organizado, consegui nota fiscal e comecei a ser vista como produtora de verdade. (Entrevistada, 2025)

Nesse contexto, a formalização assume também um papel jurídico e institucional fundamental, garantindo segurança nas transações e acesso a políticas públicas específicas. A regularização permite que o produtor atue de forma transparente, com emissão de notas fiscais e enquadramento tributário compatível com a atividade desenvolvida, fortalecendo sua credibilidade perante fornecedores, clientes e órgãos governamentais.

Esse depoimento evidencia que a formalização, além de requisito administrativo, é uma estratégia de empoderamento econômico e institucional, pois garante reconhecimento legal e acesso a mecanismos de fomento que impulsionam a gestão solidária e o desenvolvimento territorial.

Figura 4 - Fase de coleta de dados: momento de explanação dos produtores sobre as estratégias de gestão da propriedade



Fonte: Acervo do pesquisador (2025)

Os dados também indicam que as parcerias institucionais são fundamentais para sustentar financeiramente o empreendimento. A cooperação com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) foi apontada como elemento central para o fortalecimento da gestão e para a criação de condições de continuidade da atividade turística. Essa constatação confirma a análise de Laville (2004), que entende a economia solidária como um processo sustentado pela articulação entre diferentes atores sociais, capazes de potencializar tanto a dimensão econômica quanto a social. Conforme relatou a entrevistada, o apoio institucional foi decisivo:

O SENAR sempre acreditou no nosso projeto, foi quem abriu as primeiras portas e nos ajudou a organizar o turismo dentro da propriedade. Hoje a gente tem parcerias que surgiram a partir dessas capacitações, e isso mudou nossa forma de trabalhar. (Entrevistada, 2025)

Ao considerar esses elementos, observa-se que a gestão solidária se consolida como estratégia fundamental para transformar desafios em oportunidades. A formalização e as parcerias revelam que a economia solidária vai além do discurso normativo e se traduz em práticas concretas capazes de fortalecer a autonomia local. Oliveira, Magalhães e Matsuda (2018) reforçam que a flexibilidade de estratégias, aliada à cooperação, constitui base para ampliar as possibilidades de desenvolvimento. Assim, a experiência estudada ilustra como a economia solidária pode ser aplicada como modelo de gestão que

íntegra eficiência administrativa, fortalecimento comunitário e sustentabilidade econômica.

Figura 5 – Projeto Filhos do Campo – SENAR - MT



Fonte: Instagram Estância Recanto dos Sonhos (2024)

O envolvimento da propriedade rural em parceria com o projeto Filhos do Campo representa uma importante iniciativa de integração entre o setor produtivo e a comunidade, especialmente no âmbito educativo e social. Por meio dessa parceria, são realizadas atividades de caráter educativo e recreativo que possibilitam às crianças uma vivência prática do cotidiano rural, aproximando-as dos modelos de produção agropecuária do estado de Mato Grosso.

Essa experiência contribui não apenas para o desenvolvimento social e cultural dos participantes, mas também para o fortalecimento da valorização do campo como espaço de aprendizado, trabalho e sustentabilidade. Ao proporcionar o contato direto com os processos de produção de alimentos, a propriedade atua como um ambiente pedagógico vivo, despertando o interesse das novas gerações pelo meio rural e promovendo uma consciência mais ampla sobre a importância da agricultura e da preservação dos recursos naturais.

A análise também evidencia que o fortalecimento da economia solidária no contexto estudado ultrapassa o campo econômico, alcançando dimensões sociais e simbólicas que promovem reconhecimento e pertencimento. A entrevistada destacou que, após a formalização e o início das parcerias, “a comunidade passou a olhar com mais respeito para o nosso trabalho, e isso motiva a continuar” (Entrevistada, 2025).

Essa fala sintetiza o impacto da autogestão e das redes de cooperação na valorização dos produtores locais. Conforme aponta Gil (2002), as transformações sociais mais significativas decorrem da capacidade dos sujeitos de construir sentido coletivo a partir de suas práticas cotidianas. Desse modo, a experiência estudada demonstra que a economia solidária, quando enraizada no território e articulada com valores de colaboração e confiança, torna-se um instrumento efetivo de inovação, autonomia e desenvolvimento rural sustentável.

O fortalecimento do empreendimento também passou a refletir a maturidade do grupo em relação à autogestão e à divisão de responsabilidades. O que antes se organizava

de forma intuitiva foi, aos poucos, ganhando estrutura com base na troca de experiências entre os participantes e na observação das práticas mais eficazes no cotidiano da produção. Essa evolução reforça a noção de Tenório (1998), para quem a gestão participativa é resultado de um processo de aprendizagem coletiva, em que o conhecimento se constrói de forma compartilhada e orientada pelos princípios da solidariedade e da corresponsabilidade.

Nessa mesma direção, a formalização do empreendimento como Microempreendedor Individual (MEI) marcou um divisor de águas, permitindo o acesso a programas públicos e consolidando a confiança institucional. Essa transição demonstra o equilíbrio entre autonomia e formalização, sem que o empreendimento perdesse suas raízes comunitárias e seu caráter cooperativo. Conforme defendem Laville (2004) e Singer (2002), a economia solidária é capaz de coexistir com a racionalidade econômica, desde que guiada por valores de reciprocidade e equidade social, o que se confirma na experiência analisada.

A partir dessa experiência, a gestão solidária se revelou como instrumento de empoderamento local, favorecendo a inserção dos pequenos produtores em redes de comercialização e aprendizado. As parcerias com o SENAR, as visitas técnicas e as capacitações realizadas ao longo do projeto serviram como exemplos concretos de inovação social, onde a formação profissional e o fortalecimento da identidade rural caminham juntos. Com isso, o empreendimento passou a representar não apenas uma fonte de renda, mas um espaço simbólico de pertencimento e resistência cultural, traduzindo na prática o que Sachs (1993) denomina de sustentabilidade integral.

#### **4.4 Vivências e aprendizado coletivo no turismo rural solidário**

As experiências vividas no espaço rural tornaram-se parte fundamental do fortalecimento do turismo solidário. Elas proporcionam experiências diretas entre visitantes, agricultores e estudantes, criando oportunidades de aprendizado mútuo. Durante as atividades, o diálogo entre o campo e a cidade se estabelece de forma natural, permitindo que os visitantes conheçam os modos de vida, a produção local e a importância da economia solidária para a sustentabilidade do território.

Essas vivências cumprem também um papel educativo e emocional. O contato com o ambiente rural desperta valores de respeito, empatia e consciência ecológica, especialmente nas crianças e jovens que participam das excursões. Como destaca Laville (2020), a aprendizagem solidária ocorre na prática, quando os sujeitos compartilham experiências e constroem significados comuns, o que reforça o caráter pedagógico do turismo rural solidário.

As parcerias com instituições de ensino e com o SENAR foram decisivas para que essas vivências se transformassem em instrumentos de integração social. A propriedade passou a ser vista como espaço de aprendizagem, unindo saberes técnicos e populares. Assim, o turismo solidário não se limita a um produto econômico, mas representa uma prática de educação comunitária, onde se aprendem valores de cooperação, sustentabilidade e respeito ao trabalho rural.

Essas experiências consolidam a imagem do empreendimento como referência de turismo responsável. As vivências fortalecem o sentimento de pertencimento, ampliam o vínculo entre comunidade e visitantes e reafirmam o papel do campo como espaço de resistência, produção e cultura. É nesse encontro entre o saber e o fazer que se concretiza o ideal da economia solidária, baseada na reciprocidade e na partilha dos frutos coletivos.

Atividades já realizadas com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) apresentada na figura 6, por exemplo, representam uma iniciativa voltada à integração entre produtores rurais e ações de sustentabilidade ambiental. A atividade teve

como foco a troca de conhecimentos e práticas agroecológicas, promovendo o fortalecimento de estratégias de produção sustentável e a valorização do manejo responsável dos recursos naturais

Figura 6 – Dia de Campo com famílias parceiras do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)



Fonte: Instagram Estância Recanto dos Sonhos (2025)

Durante o encontro, as famílias participantes puderam vivenciar técnicas voltadas à conservação do solo, da água e da biodiversidade, alinhadas aos princípios defendidos pelo instituto. Essa parceria reforça o papel da propriedade como espaço de aprendizagem e diálogo entre ciência e prática rural, contribuindo para o desenvolvimento socioambiental e a disseminação de modelos produtivos sustentáveis na região.

O aprofundamento das vivências trouxe também novas formas de articulação territorial. As visitas começaram a integrar diferentes propriedades e produtores, promovendo uma rede de cooperação que extrapola os limites da comunidade inicial. Essa interligação entre famílias e espaços rurais fortalece o sentido coletivo e amplia o alcance das ações solidárias, mostrando que o turismo pode funcionar como elo integrador entre diversas atividades produtivas locais.

A diversidade de experiências oferecidas durante as visitas — que incluem oficinas, degustações e demonstrações práticas — reforça o caráter formativo do projeto. Cada atividade é planejada com base nos ciclos naturais e no tempo do trabalho agrícola, respeitando o ritmo da terra e dos trabalhadores. Esse cuidado reafirma o compromisso ético e educativo da iniciativa, que, como defendem Sachs (1993) e Carvalho (2015), une economia, cultura e sustentabilidade em um mesmo propósito social.

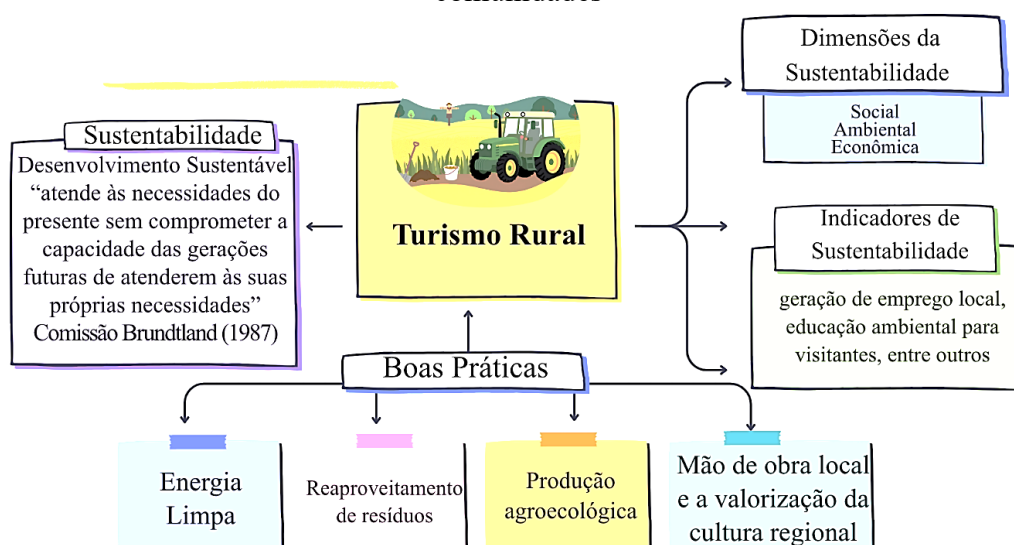
Essas práticas também geram efeitos simbólicos duradouros, tanto para os visitantes quanto para os moradores locais. Ao se reconhecerem como protagonistas do processo de desenvolvimento, os agricultores fortalecem sua autoestima e passam a perceber o valor cultural e econômico de seus saberes. Dessa forma, as excursões consolidam-se como uma das expressões mais completas da economia solidária em ação, pois unem aprendizado, produção e solidariedade em um mesmo território.

A sustentabilidade nos empreendimentos de turismo rural deve considerar três dimensões interdependentes: social, econômica e ambiental. A Comissão Brundtland (1987) definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que “atende às necessidades

do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. Sachs (1993) também contribuiu para esse debate, ao defender a sustentabilidade como um conceito multifacetado, que exige equidade social e respeito ao meio ambiente.

Boas práticas de gestão sustentável no turismo rural incluem a utilização de energia limpa, o reaproveitamento de resíduos, o incentivo à produção agroecológica, a contratação de mão de obra local e a valorização da cultura regional. Tais práticas não apenas reduzem impactos ambientais, como fortalecem os vínculos comunitários e promovem a autonomia econômica, que podem ser observadas na figura 7.

Figura 7 - Turismo Rural Sustentável: práticas de gestão coletiva que transformam comunidades



Fonte: Elaborado pelos autores via Plataforma Canva Pty Ltd (2025)

Martins e Madeira (2024) exploram o papel dos indicadores de sustentabilidade como ferramentas essenciais para aprimorar a gestão do turismo rural no Brasil. O estudo enfatiza que a definição de critérios objetivos, que considerem a viabilidade econômica, a conservação ambiental e a responsabilidade social, é fundamental para orientar os empreendedores e gestores na tomada de decisões mais sustentáveis. Além disso, os autores destacam que a mensuração contínua do desempenho turístico contribui para a melhoria dos processos, a valorização das práticas locais e o fortalecimento da identidade cultural das comunidades rurais. A proposta metodológica apresentada no artigo serve de base para políticas públicas e para a estruturação de empreendimentos turísticos mais resilientes, alinhados aos princípios da sustentabilidade e da inclusão social.

As iniciativas voltadas ao turismo rural em Tangará da Serra e região refletem um movimento crescente de valorização das potencialidades locais associadas à sustentabilidade, à bioeconomia e ao fortalecimento comunitário. De acordo com Silva et al. (2022), práticas como a geração de emprego local, o uso consciente da água, a educação ambiental para visitantes e a participação comunitária configuram indicadores de sustentabilidade aplicáveis a empreendimentos turísticos. No contexto mato-grossense, essas diretrizes vêm sendo efetivamente incorporadas por parcerias entre associações, cooperativas, universidades e órgãos governamentais, com foco em promover o turismo rural sustentável e de base comunitária.

Em Tangará da Serra, o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) desempenha um papel estratégico nesse processo, com a implementação de cursos de formação

profissional como o Curso FIC de Agente de Informações Turísticas, vinculado ao Programa Qualifica Mais – Bioeconomia da Amazônia Legal. Essa iniciativa visa capacitar agentes locais para atuar na promoção do turismo sustentável, especialmente em comunidades indígenas e rurais, reforçando a valorização cultural, ambiental e econômica da região. O curso incentiva a criação de produtos turísticos alinhados à bioeconomia, à preservação dos patrimônios natural e cultural, e à formação de empreendimentos de base comunitária, fortalecendo o associativismo e o cooperativismo locais.<sup>1</sup>

Além disso, o Plano Municipal de Turismo de Tangará da Serra e as ações divulgadas pela Secretaria Municipal de Turismo e pelo perfil @turismo\_tga reforçam o compromisso com o turismo de experiência, ecoturismo e turismo rural, integrando roteiros que valorizam propriedades rurais, agroindústrias familiares e reservas naturais. Essas iniciativas consolidam o município como um polo regional de turismo sustentável, localizado na Região Turística das Nascentes, reconhecida pelo Mapa do Turismo Brasileiro (categoria B).

De modo geral, os esforços formativos, institucionais e comunitários convergem para o fortalecimento de um modelo de turismo rural participativo e sustentável, capaz de integrar educação ambiental, valorização cultural e inclusão social. Para ampliar o impacto dessas ações e superar a limitação de iniciativas ainda isoladas, é essencial o apoio continuado do poder público, o fomento à organização comunitária, e o estabelecimento de parcerias permanentes com instituições de ensino e pesquisa, assegurando que o turismo rural se consolide como um instrumento de desenvolvimento local e territorial integrado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados ampliados deste estudo demonstram que o turismo rural solidário é um instrumento de transformação social, capaz de unir desenvolvimento econômico, educação e sustentabilidade. A partir da experiência analisada, observa-se que a solidariedade não é apenas um ideal ético, mas uma prática cotidiana que sustenta a continuidade do empreendimento.

Os resultados obtidos na pesquisa permitiram alcançar os objetivos propostos, oferecendo uma compreensão ampla sobre as dinâmicas da gestão e da atuação comunitária no turismo rural. Em relação ao objetivo (a), verificou-se que as práticas de gestão do empreendimento turístico apresentam coerência com os princípios da sustentabilidade e da economia solidária, especialmente pela valorização dos recursos locais, pela busca de equilíbrio entre conservação ambiental e geração de renda, e pelo fortalecimento de laços sociais entre os envolvidos. Observou-se, contudo, que tais práticas ainda se desenvolvem de forma pontual e dependente da iniciativa familiar, o que limita seu potencial de expansão e de impacto coletivo.

No que se refere ao objetivo (b), a pesquisa evidenciou que o turismo rural comunitário carrega grande potencial de desenvolvimento local, tanto econômico quanto sociocultural. As experiências compartilhadas demonstram que a atuação coletiva é um caminho promissor para fortalecer o protagonismo das comunidades, promover a inclusão

---

<sup>1</sup>PPC's dos cursos

<https://drive.google.com/file/d/14Wq-IL8V11ONecXR8Nx3nznAlpe8j5I4/view?usp=sharing>

[https://drive.google.com/file/d/1sQc\\_Xb5OMXxbZYQJH4APiGQfdPOzaibF/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1sQc_Xb5OMXxbZYQJH4APiGQfdPOzaibF/view?usp=sharing)

Site da instituição:

<https://qualificamais.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/bioeconomia-da-amazonia-legal/>

<https://ifmt.edu.br/blog/licitacao/93-2023-programa-bioeconomia-da-amazonia-legal/>

social e valorizar a identidade rural. Entretanto, os principais desafios observados envolvem a falta de articulação entre os produtores, a escassez de apoio técnico e financeiro, e a ausência de políticas públicas estruturadas que incentivem o associativismo e o trabalho colaborativo entre os empreendimentos.

Por fim, atendendo ao objetivo (c), propõem-se recomendações para o fortalecimento da gestão participativa e da ação coletiva no turismo rural, a partir das evidências levantadas. Entre as principais proposições, destacam-se:

- a criação de associações ou cooperativas locais que reúnam famílias e produtores interessados na atividade turística;
- o estabelecimento de parcerias com instituições de pesquisa, universidades e órgãos públicos, visando ao suporte técnico e à capacitação dos gestores locais;
- a implementação de políticas públicas de fomento, voltadas ao incentivo de práticas sustentáveis e à infraestrutura rural;
- e a promoção de espaços de diálogo e planejamento comunitário, que favoreçam a participação de todos os atores envolvidos.

Assim, conclui-se que os resultados da pesquisa contribuiriam diretamente para o alcance dos objetivos propostos, ao evidenciar que a consolidação do turismo rural sustentável e solidário depende do fortalecimento da ação coletiva e da articulação com o poder público e instituições parceiras. Somente por meio dessa integração será possível transformar iniciativas familiares isoladas em projetos comunitários consolidados, capazes de promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável das comunidades rurais.

Além disso, a consolidação das práticas de turismo e comercialização solidária revelou um processo de aprendizagem coletiva. Mesmo que ainda seja uma iniciativa incipiente e concentrada em uma família, o intercâmbio com visitantes, instituições e parceiros fortaleceu a identidade da comunidade e contribuiu para a difusão de valores éticos e sustentáveis. Esse movimento confirma o que Sachs (1993) descreve como sustentabilidade integral, em que o equilíbrio ambiental, social e econômico se articula de forma indissociável.

A ampliação das atividades e o fortalecimento da rede dependem da formação continuada dos envolvidos e do incentivo a novos participantes. É necessário garantir que o crescimento do turismo solidário preserve seus princípios originais, evitando a mercantilização das experiências e mantendo a essência comunitária do projeto.

Por fim, reafirma-se que o turismo rural solidário vai além da geração de renda: ele representa uma estratégia de vida e de fortalecimento cultural. A união entre tradição, inovação e solidariedade confirma que é possível construir modelos sustentáveis e humanos de desenvolvimento, baseados na cooperação e na valorização das pessoas e do território.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capital social rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 27–44, jan./abr. 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BENI, M. C.; CÂNDIDO, G. **Turismo e hospitalidade no Brasil rural**. São Paulo: Aleph, 2012.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

CARVALHO, D. da S. **Planejamento participativo e turismo comunitário**: estudo de caso em Ilha Grande, PI. Teresina: EDUFPI, 2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, J. W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 4th ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL (EMPAER-MT); SEAF-MT. Turismo rural tem potencial para ser explorado em MT e ser mais uma fonte de renda. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Agricultura Familiar, 2023.

FUNDO SOCIOAMBIENTAL CASA. Fortalecimento de comunidades na busca pela sustentabilidade (2015–2017). Fundo Socioambiental CASA; Fundo Socioambiental CAIXA; Fundação Oak, 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil**. Brasília: Ipea, 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANE, B. What is rural tourism? **Journal of Sustainable Tourism**, v. 2, n. 1–2, p. 7–21, 1994.

LAVILLE, J.-L. **Economia solidária e transformação social**. Paris: Desclée de Brouwer, 2020.

LAVILLE, J.-L.; FRANÇA FILHO, G. C. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MALDONADO, C. A. C. S. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 77–87.

MARTINS, G. C.; MADEIRA, K. **Indicadores de sustentabilidade na gestão do turismo rural**. Curitiba: UFPR, 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (BRASIL). Secretaria Nacional de Economia Solidária. Economia solidária no Brasil: conceitos e políticas públicas. Brasília: MTE/SENAES, 2005.

OLIVEIRA, J. C.; MAGALHÃES, A. P.; MATSUDA, M. Estratégias qualitativas na análise de fenômenos sociais: turismo, economia solidária e desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Administração, Brasília**, v. 12, n. 4, p. 45–59, 2018.

OLIVEIRA, J. P. de. Turismo de base comunitária: entre discursos e práticas. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 480–501, 2019.

OLIVEIRA, M. da P. da C. V. de; AQUINO, C. M. S. de; AQUINO, R. P. de. Mas, afinal, o que é turismo, geoturismo, turismo de natureza, turismo de aventura, ecoturismo e turismo rural? **Revista Geoconexões Online**, v. 3, n. 2, p. 66–80, 2023.

PIMENTEL, T. C.; GOMES, A. F. Turismo rural e políticas públicas: desafios e perspectivas. *In: VII SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO – ANPTUR*. São Paulo: Anptur, 2015.

ROMÃO, D. A.; CHABARIBERY, D.; CARVALHO, M. de; ROTH, M. **Fortalecimento de comunidades rurais no Brasil: um estudo regional**. Brasília: Ipea, s.d.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SILVA, L. A. da *et al.* Gestão sustentável em turismo rural: análise de indicadores em empreendimentos comunitários. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 204–222, 2022.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7–23, 1998.